

A BR-319 e a nova década da destruição da Amazônia



» CESAR VICTOR DO
ESPIRITO SANTO
Engenheiro florestal,
conselheiro do Conama,
representando a Sociedade
Civil da Região Centro-Oeste

Quando vejo lideranças políticas defendendo o projeto de asfaltamento da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, vem logo em mente o que aconteceu nos anos 1980 com o asfaltamento da BR-364, que ligou Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco e levou Rondônia a ser o estado da Amazônia com o maior percentual de floresta desmatada.

Os anos 80 do século passado ficaram registrados com o triste título de "década da destruição" da Amazônia na série de documentários, amplamente divulgados no Brasil e no exterior, dirigida por Adrian Cowell (historiador e documentarista chinês naturalizado britânico) e Vicente Rios (cinegrafista brasileiro), que teve como um dos participantes o famoso ambientalista gaúcho José Lützenberger. Produção conjunta da Central Television e da Universidade Católica de Goiás, a série lançada em 1984 tem quatro episódios (Na trilha dos Uru-Eu Wau Wau, O caminho do fogo, Nas cinzas da floresta e Tempestades na Amazônia), que mostraram as consequências da chegada à Rondônia, nos anos 80, de milhares de migrantes de diversas partes do Brasil, especialmente do Sul, para ocuparem áreas ao longo da BR-364, financiada pelo Programa Polonoroeste/Banco Mundial.

Os impactos socioambientais são incomensuráveis: desmatamento da floresta; queimadas; invasões de territórios indígenas e unidades de conservação; altos índices de malária; poluição de rios, entre outros, ocasionados tanto pelas atividades agropecuárias, como pelos madeireiros,

garimpeiros, mineradoras, grileiros etc. Hoje, verificamos o forte desmatamento que acompanha a BR-364 e suas rodovias secundárias. Conforme o MapBiomas, Rondônia é o estado da Amazônia com o menor percentual de vegetação nativa, correspondendo a 60%, bem menor do que prevê o Código Florestal, que determina que se deve manter no mínimo 80% da floresta em pé.

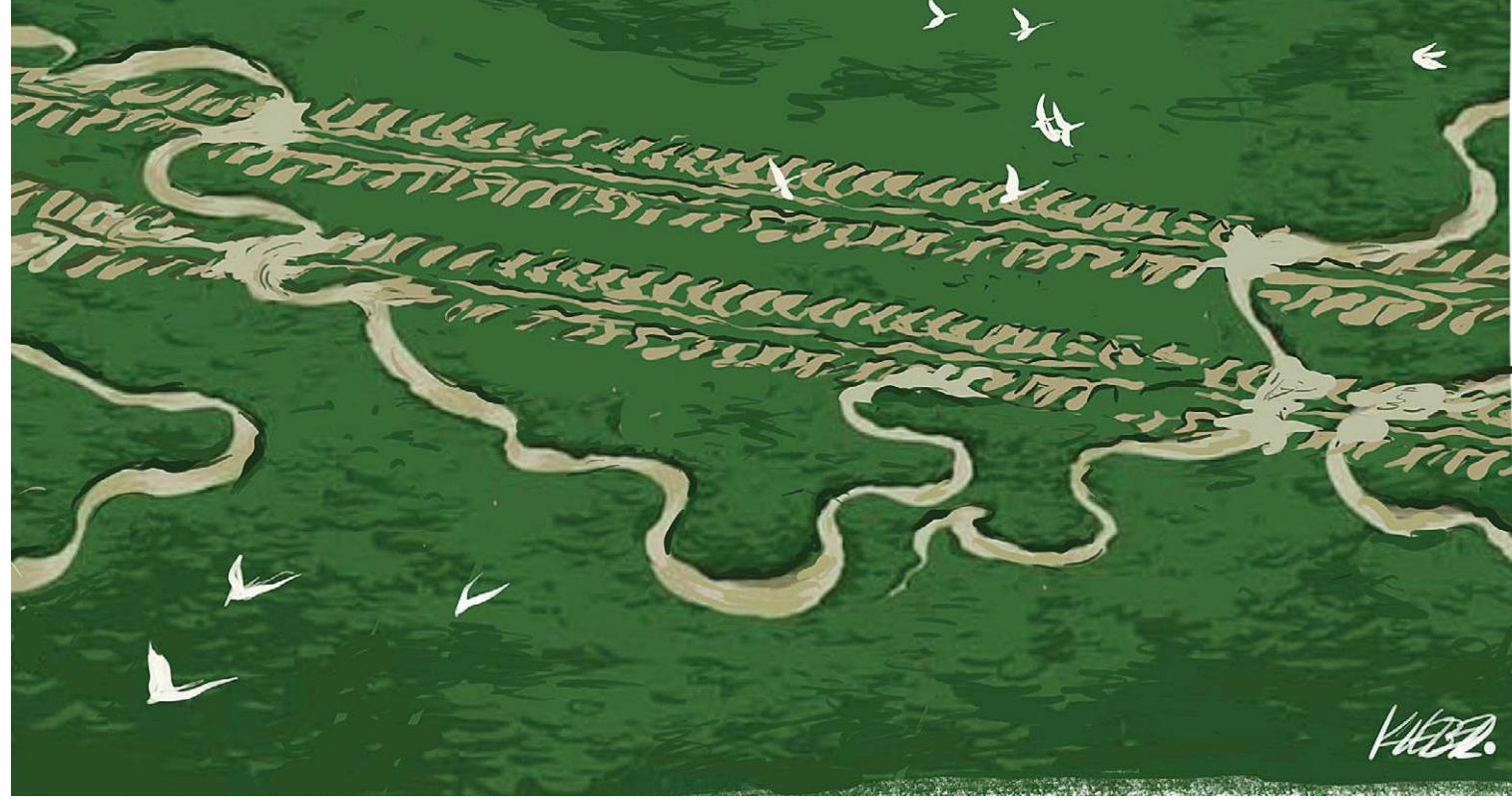
Todos esses impactos socioambientais ocorrerão, também, com o asfaltamento da BR-319. Se observarmos imagens de satélite atuais da Amazônia, verificaremos que onde há estradas o desmatamento é bastante acentuado. Foi o que aconteceu ao longo da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e da própria BR-364. A diferença é que o trajeto da BR-319 corta o coração da Amazônia e trará impactos muito mais relevantes, especialmente os relacionados com as mudanças climáticas. Conforme o respeitado pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip M. Fearnside, que estuda há mais de 40 anos as causas e impactos do desmatamento na Amazônia, em entrevista ao ClimaInfo: "Não se deve considerar somente a BR-319, mas também as cinco estradas estaduais a serem ligadas a ela, inclusive a AM-366, que abririam a vasta Região Trans-Purus, acarretando enormes consequências climáticas, com impactos desastrosos no Brasil".

De acordo com o MapBiomas, a área total desmatada na Amazônia até 2024 corresponde a 15,3% do bioma. De acordo com a ciência, estamos nos aproximando do ponto de não retorno, que indica que, se entre 20% e 25% de área for desmatada, a floresta não mais se sustentará, acarretando impactos que contribuirão fortemente para o aumento da temperatura global. Considerando a média anual de desmatamento da Amazônia apontada pelo MapBiomas, em 10 anos chegaremos próximo de 20%. Com o asfaltamento da BR-319, o desmatamento será mais rápido e mais intenso, podendo alcançar 25%.

Na reunião plenária de setembro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representantes do Ministério dos Transportes apresentaram o relatório da Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, com indicações de como tornar o setor de transportes um contribuidor ativo para a redução das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, em atendimento ao Plano Clima Brasil. Mostrou-se que o setor de transportes é responsável por cerca de 11% das emissões nacionais de CO₂, sendo o modal rodoviário responsável pela emissão de mais de 90%, o hidroviário 3%, o ferroviário 2% e o hidroviário 2%.

Esse cálculo desconsidera as emissões relacionadas à construção de novas rodovias, que provocam o desmatamento principal fator de emissão de gases do efeito estufa no Brasil. Não contempla mudanças nos modais de transporte, priorizando o modal rodoviário, desconsiderando que a vocação natural de transporte na região Amazônica seja o hidroviário, que tem um custo muito mais baixo e não leva ao desmatamento de grandes áreas. O transporte de cargas e pessoas previsto para a BR-319 poderia ser atendido pela hidrovia do Rio Madeira, partindo de Porto Velho e seguindo, tanto para Manaus, como para Belém.

Seria mais inteligente e estratégico para o Brasil manter a floresta em pé e obter recursos com a venda de serviços ambientais para o mundo, como a produção de água, ar puro, clima agradável, biodiversidade, sequestro de carbono etc. O desmatamento que virá com o asfaltamento da BR-319, somado aos impactos socioambientais causados por outros projetos em curso na Amazônia, como a exploração de petróleo, o garimpo, a mineração e a agropecuária espalhados por diferentes pontos do bioma, leva a certeza de que os próximos anos serão caracterizados como a nova década da destruição da Amazônia.



Como a educação do DF virou referência para o Brasil em alfabetização



» HÉLVIA PARANAGUÁ
Secretária de Educação do
Distrito Federal

No Distrito Federal, levamos a sério a frase dita por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ao promulgar a Constituição de 1988: "A cidadania começa com o alfabeto." Ler e escrever não são apenas habilidades técnicas: são instrumentos de dignidade, autonomia e pertencimento. A alfabetização e o letramento possibilitam a vida em sociedade e a inclusão.

É com esse compromisso que o Distrito Federal vem avançando, de forma consistente, no enfrentamento do analfabetismo. Dados recentes da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o DF registra hoje a menor taxa de analfabetismo do país: 1,8%. Em 2022, conforme Censo Demográfico, nossa taxa de analfabetismo era de 2,8%.

Podemos destacar, ainda, os dados da Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar (PDAD), que considera nossas 33 Regiões Administrativas. Em 2021, nosso percentual de pessoas sem escolaridade era de 4,2% e caiu, em 2024, para 1,5% da população. A PDAD é muito

importante para nós pois indica exatamente onde essas pessoas estão e, consequentemente, onde precisamos oferecer alfabetização.

Esse resultado torna-se ainda mais relevante quando observamos o cenário brasileiro como um todo. O avanço do DF não é por acaso. É fruto de uma política pública contínua, estruturada e comprometida com a inclusão educacional de quem, por diferentes razões, não teve acesso à escola.

A Secretaria de Estado de Educação do DF mantém uma rede robusta e descentralizada de oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos últimos anos, ampliamos o número de instituições educacionais ofertantes, de 92 para 106 escolas, exatamente para garantir que a escola esteja mais próxima de quem precisa dela. No primeiro semestre, atendemos 22.045 estudantes e, neste segundo semestre de 2025, são cerca de 18 mil estudantes, totalizando mais de 40 mil matriculados na EJA, com destaque para a EJA no sistema prisional, que tivemos um aumento de 40% da oferta, de 2024 para 2025, passando de 111 para 148 turmas.

Mas sabemos que, para algumas pessoas, especialmente pessoas idosas e populações em situação de alta vulnerabilidade, o acesso à escola ainda é cheio de obstáculos. É por isso que mantemos o Programa DF Alfabetizando, que leva a alfabetização diretamente às comunidades, abrindo turmas em espaços próximos à realidade dos estudantes. No segundo semestre de 2025, foram abertas 64 turmas pelo

programa, e nossa meta é chegar a até 200 turmas em 2026, ampliando significativamente o alcance da política.

Também estamos em diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF para levar a escolarização a casas de acolhimento, hotéis sociais e outros equipamentos públicos que atendem pessoas em situação de maior fragilidade. A alfabetização precisa chegar onde o cidadão está. Esse é um passo decisivo para que possamos, de fato, consolidar o Distrito Federal como um território livre do analfabetismo.

Para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes, a EJA no DF permite matrícula em qualquer momento do ano, diretamente na escola, sem exigência de documentação escolar prévia. Além disso, oferecemos condições concretas para que o estudante permaneça estudando: jantar, uniformes, passe livre e participação em todos os programas da educação pública, professores especialistas em alfabetização de adultos, que estão em constante formação continuada, pois temos o privilégio de termos uma escola de formação de professores no DF.

Alfabetizar é reconhecer o valor de cada pessoa. É devolver autoestima, abrir portas para o trabalho, para a convivência social e para o exercício pleno da cidadania. Quando dizemos que a educação do Distrito Federal não deixa ninguém para trás, é disso que estamos falando. De crianças, jovens, adultos e pessoas idosas que têm o direito de aprender, de sonhar e de escrever a própria história.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circceunha.dfb@ddbr.com.br



Tempos de faxina

Vozes clamam solitárias no grande deserto Brasil em alerta para a urgência de passar o país a limpo, tarefa que, por mais incômoda que seja, tornou-se imperativa para que possamos, enfim, abandonar a humilhante posição de cachorro doido, girando sem descanso atrás do próprio rabo, iludido com reformas improvisadas, discursos moralizantes e soluções que jamais enfrentam o centro do problema: a corrupção endêmica que atravessa, como nervura profunda, os Três Poderes da República, infiltrando-se em municípios, estados e instituições que deveriam zelar pela integridade da vida pública.

Ao longo das décadas, o que se viu e continua a se ver no nosso país é a tentativa persistente de esconder o inevitável sob tapetes cada vez mais pomposos, espalhados pelos palácios de luxo e prédios públicos onde repousam decisões que moldam o destino de milhões de brasileiros. Mas o acúmulo de sujeira chegou a tal ponto que nem os mais habilidosos artifícies do ocultamento conseguem evitar que as frestas deixem escapar o odor fétido da degradação institucional. Vivemos, talvez, o momento mais decisivo desde a redemocratização: não pela intensidade das crises políticas, que já se tornaram quase rotina nacional, mas porque parecem não faltar mais evidências de que o crime organizado, antes visto como adversário exterior ao Estado, aprendeu a arrombar a porta, sentar-se à mesa principal e, em muitos casos, participar diretamente das decisões que deveriam ser tomadas em nome da República — e não em nome de organizações criminosas, partidos, facções ideológicas ou grupos econômicos que tratam o país como se fosse sua eterna capitania hereditária.

O que antes era suspeita, agora é constatação aterradora: parte relevante das estruturas estatais encontra-se capturada por interesses que nada têm a ver com o interesse público, e essa captura se traduz em um Brasil que permanece, década após década, na rabeira do mundo desenvolvido, com indicadores sociais que envergonham uma nação que possui recursos naturais abundantes, população capaz e potencial econômico gigantesco. Não é coincidência que nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) avance lentamente, patinando como se estivesse preso a pesos que nos impedem de dar o salto necessário rumo ao patamar de países que conseguiram, ao longo do século 21, reduzir desigualdades, melhorar a renda média de seus habitantes e construir instituições sólidas.

Esses pesos, sabemos, chamam-se corrupção estrutural, ineficiência crônica, desperdício de recursos públicos e a incapacidade quase programada de planejar o futuro com seriedade. Quando o dinheiro destinado à educação desaparece em contratos superfaturados, quem perde é o estudante que não terá acesso à formação capaz de competir globalmente. Quando verbas da saúde evaporam em esquemas que parecem filme repetido, quem paga a conta é o cidadão que enfrenta filas intermináveis, hospitais sucateados e tratamentos que chegam tarde demais. Quando investimentos públicos, em vez de gerar infraestrutura e emprego, são desviados em grandes obras que jamais chegam ao fim, condene-se a sociedade a um custo Brasil insustentável, que afasta empresas, reduz produtividade e aprisiona o país em um ciclo de pobreza e improvisação.

Mas, talvez, o dano mais profundo e menos mensurável seja o que se abate sobre o espírito coletivo: a corrosão da confiança. A percepção disseminada de que o sistema é montado para funcionar em favor dos poderosos, enquanto o cidadão comum é esmagado por burocracias, impostos e ausência de serviços dignos, destrói o que há de mais essencial para qualquer democracia sustentável: a crença de que a lei vale para todos.

É justamente nesse ambiente de desesperança que florescem as soluções fáceis, os messianismos de ocasião, os populismos que prometem atalhos mágicos para problemas que exigem rigor, transparência e reformas profundas. E é aqui que precisamos afirmar com contundência: não será por meio de assistencialismos políticos, programas improvisados ou medidas populistas que nos libertaremos desse flagelo. O assistencialismo transformado em instrumento eleitoral apenas mascara a miséria que ele mesmo ajuda a perpetuar, ao impedir que o país invista naquilo que realmente emancipa: educação de qualidade, mercado de trabalho dinâmico, ambiente de negócios estável, meritocracia administrativa e políticas públicas desenhadas com base em evidências, e não em conveniências partidárias.

Uma faxina cívica é o que o Brasil necessita, e que já deveria ter começado há muito tempo. Mas exige coragem institucional, independência dos órgãos de controle, transparência radical no uso dos recursos públicos, punição exemplar para quem se apropria do dinheiro do povo. É uma tarefa hercúlea, sem dúvida, mas não impossível. Países que estiveram mergulhados em crises de corrupção e degradação institucional, como Coreia do Sul, Estônia ou Chile, só conseguiram emergir quando entenderam que desenvolvimento não é obra de discurso, mas fruto de escolhas éticas, técnicas e persistentes. Não há futuro próspero onde o Estado é cúmplice do atraso. Por isso, este é o momento para repetir com a seriedade que a situação exige: ou iniciamos imediatamente essa faxina com começo, meio e fim, ou permanecermos presos ao ciclo que nos condena à mediocridade, enquanto o mundo avança a passos largos em inovação, produtividade e qualidade de vida.

O tempo da convivência acabou. O Brasil não precisa de mais discursos. Precisa, urgentemente, de coragem.

A frase que foi pronunciada:

As instituições — governo, igrejas, indústrias e similares — não têm, propriamente, outra função senão a de contribuir para a liberdade humana; e, na medida em que falham, em geral, em desempenhar essa função, estão erradas e precisam ser reconstruídas.

Charles Horton Cooley

História de Brasília

Forças políticas conseguiram destruir o ministro Armando Monteiro no Conselho de Ministros, mas a revanche será nas próximas eleições. (Publicada em 13/5/1962)